

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
ARIANA BATISTA DA SILVA  
(ORGANIZADORES)

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
ARIANA BATISTA DA SILVA  
(ORGANIZADORES)

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

*Open access publication* by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo

**Correção:** Yaiddy Paola Martinez

**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga

**Revisão:** Os autores

**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
Ariana Batista da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: avanços, limites e contradições 5 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ariana Batista da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0157-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.575222604>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Silva, Ariana Batista da (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: avanços, limites e contradições”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de desafios demandados pela Pandemia.

Sabemos que o período pandêmico, como asseverou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada do processo de ensino e aprendizagem presencial, pelas redes de ensino, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade, vivenciada na atualidade. Dessa forma, não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além do “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel desta, assim como, da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Diante disso, a Educação se consolida como parte importante das sociedades, ao tempo que o “ato de ensinar”, constitui-se num processo de contínuo aperfeiçoamento e transformações, além de ser espaço de resistência, de um contínuo movimento de indignação e esperançar, como sinalizou Freire (2018). No atual contexto educacional, a Educação assume esse lugar “central”, ao transformar-se na mais importante ferramenta para a formação crítica e humana das pessoas, como lugar real de possibilidade de transformação da sociedade.

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves. Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva  
Ariana Batista da Silva

## REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016, p. 35-48.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### QUESTÕES EDUCACIONAIS: UMA REALIDADE EM ANGOLA E NO BRASIL

Gabriel Rodrigues Serrano

Damião de Almeida Manuel

Niembo Maria Daniel

Elijane dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226041>

### **CAPÍTULO 2..... 20**

#### OS DESAFIOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM O ENSINO REMOTO

Ilze Maria C. Machado

Katia Mosconi Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226042>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

#### ESTÁGIO DOCENTE SUPERIOR E O CONSTITUIR-SE PROFESSORA NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE GENÉTICA

Ariana Batista da Silva

Américo Junior Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226043>

### **CAPÍTULO 4..... 43**

#### AS LEIS 10639/2008 E 11645/2008 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Adriany de Ávila Melo Sampaio

Antônio Carlos Freire Sampaio

Rosana de Ávila Melo Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226044>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

#### MERCOSUL EDUCACIONAL E PROCESSO DE BOLONHA: A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR EM QUESTÃO

Tatiana Carence Martins

Aurélio Ferreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226045>

### **CAPÍTULO 6..... 61**

#### EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA DUALIDADE EDUCACIONAL

Plínia de Carvalho Bezerra

João Paulo Lira Martins

Prucina de Carvalho Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226046>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
A BIOÉTICA E AS CIÊNCIAS NATURAIS - 1975 A 2019	
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226047">https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226047</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>92</b>
CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA FREIRIANA À INCLUSÃO DOS ALUNOS PÚBLICO- ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Olga Mara Bueno	
Vanessa Bernardi	
José Carlos Winkler	
Rita de Cássia da Silva Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226048">https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226048</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
ENCRUZILHADAS VIRTUAIS E ANTIRRACISMOS CONTEMPORÂNEOS	
João José do Nascimento Souza	
Rogério Luís da Rocha Seixas	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226049">https://doi.org/10.22533/at.ed.5752226049</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>119</b>
FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA	
Rebecca de Castro Teixeira	
Florença Cruz da Rocha Ebeling	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260410">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260410</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
ADOLESCENTES MARCADOS: VIOLÊNCIA E EMANCIPAÇÃO EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Carolina Cunha Seidel	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260411">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260411</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>140</b>
REPRESENTAÇÕES ACERCA DAS DINÂMICAS EDUCATIVAS, CULTURAIS E TRADICIONAIS COM CRIANÇAS E JOVENS: UM ESTUDO DE CASO	
Paulo César Bulhões	
Isabel Cabrita Condessa	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260412">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260412</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>155</b>
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PREFIGURAÇÃO DO AGIR DOCENTE	
Regina Aparecida de Moraes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260413">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260413</a>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>174</b>
COMPLEXIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE: INOVAR, INTERAGIR E INTEGRAR AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Sueli Perazzoli Trindade	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260414">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260414</a>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>184</b>
ESTILOS DE LIDERAZGO Y GESTIÓN ADMINISTRATIVA DE LOS DIRECTIVOS DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS PÚBLICAS DE LA REGIÓN PUNO DEL PERÚ	
Demetrio Flavio Machaca Huancollo	
Leopoldo Wenceslao Condori Cari	
Edy Larico Mamani	
Jenner Volney Sanchez Arapa	
Proto Washington Caira Centeno	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260415">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260415</a>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>195</b>
FACTORES PARA LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL EN ORGANIZACIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. CASO UNAD-COLOMBIA	
Diana Marcela Cardona Román	
Hugo Alberto Martínez Jaramillo	
María Crisalia Gallo Araque	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260416">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260416</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>227</b>
GESTÃO E CURRÍCULO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORAS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE UM MUNICÍPIO DO SUL CATARINENSE	
Gisele da Silva Milanez	
Antonio Serafim Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260417">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260417</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>242</b>
BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DA EQUIDADE DE GÊNERO	
Thayse Melo Borges	
Mareli Eliane Graupe	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260418">https://doi.org/10.22533/at.ed.57522260418</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>249</b>
EDUCACIÓN CONTINUA, COMO ALTERNATIVA PARA AMPLIAR LA OFERTA EDUCATIVA EN EL INSTITUTO TECNOLÓGICO SUPERIOR DE TEPEXI DE RODRÍGUEZ	
Behetzaida Martínez Regules	
Socorro Pacheco Pérez	
Edgardo Roldán Y Tovar	
Heriberto Vázquez Guevara	

<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>256</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>257</b>

## ADOLESCENTES MARCADOS: VIOLÊNCIA E EMANCIPAÇÃO EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

*Data de aceite: 01/04/2022*

*Data de submissão: 20/02/2022*

**Carolina Cunha Seidel**

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/ FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara  
Araraquara/SP

**RESUMO:** O presente artigo intenciona compreender como se dá a formação da subjetividade em adolescentes privados de liberdade, investigando, em seus discursos, as práticas vividas por eles e para eles, os olhares deles e para eles, os espaços, as relações, a compreensão e elaboração de novos códigos de conduta e comunicação, a formulação de mecanismos de resistência, entre outros. Duas perspectivas nos chamaram atenção: percebe-se o olhar da instituição centrado no discurso da cidadania, da inserção social, da normatização e homogeneização de comportamentos; já pelo olhar dos adolescentes a violência física e simbólica aparece como possível forma de emancipação e resistência. Temos então a materialização da oposição proposta entre a formação da subjetividade pelo assujeitamento ou pela busca de práticas de liberação. Buscamos na obra de M. Foucault alicerces teóricos que venham a elucidar essa experiência, ajudando-nos nessa reflexão sobre essas criações singulares que constroem outros espaços, tempos e práticas em relação ao

contexto referido, e na identificação de processos que reproduzem, mas que também constroem movimentos de libertação e autonomia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Privação de liberdade, filosofia, subjetividade, Foucault, violência, adolescentes.

### WOUNDED TEENAGERS: VIOLENCE AND EMANCIPATION IN DEPRIVATION OF FREEDOM

**ABSTRACT:** This article intends to clarify how the formation of subjectivity takes place in teenagers deprived of liberty, investigating, in their speech, how practices lived by them and for them, their view, spaces, relationships, understanding and elaboration of new codes of conduct and communication, the formulation of resistance mechanisms, among others. Two perspectives take place for our attention: the evaluation from an institution perspective, centered on the speech of citizenship, social insertion, standardization and homogenization of behaviors; on the other hand, looking at the physical and apparent violence of adolescents, a form of resistance is possible. We then have the materialization of the proposed opposition between the formation of subjectivity through submission or the search for liberation practices. We seek in M. Foucault's work the theoretical foundations that will elucidate this experience, helping us in this reflection on these singular creations which build other spaces, as well as practices in relation to the context, and in the identification of processes that reproduce, but which also builds freedom and autonomy movements.

**KEYWORDS:** Imprisonment, philosophy, subjectivity, Foucault, violence, adolescents.

## 1 | INTRODUÇÃO

[...] é incrível quanto as pessoas gostam de julgar. Julga-se em todo lugar, continuamente. Provavelmente, para a humanidade, é uma das coisas mais simples a fazer... Não posso deixar de pensar em uma crítica que não procure criticar, mas fazer existir uma obra, uma frase, uma idéia; acenderia fogos, olharia a grama crescer, escutaria o vento e imediatamente tomaria a espuma do mar para a dispersar. Reproduziria, ao invés de juízos, sinais de vida; invocá-los-ia, arrancá-los-ia do seu sono. (Michel Foucault, 1994, p. 138)

A infância vem se transformando: acontecimentos são antecipados, o tempo tem se tornado mais curto, e há maior necessidade de estímulos. O constante apelo da mídia e os avanços tecnológicos são aspectos que compõem esta sociedade do consumo e da exclusão, e as crianças e adolescentes se tornam suscetíveis, já que este período de formação é fortemente marcado pela necessidade de sentir-se aceito, de fazer parte do grupo, de copiar modelos.

Porém, diante de todos estes apelos e de uma crescente homogeneização de comportamentos e desejos, temos grupos que não possuem bens materiais para se inserirem nestas normas construídas socialmente, o que os torna excluídos e por vezes desviantes.

A partir desta observação, nos interessa entender os processos de subjetivação de adolescentes em contextos de privação de liberdade. Para iniciarmos esta reflexão, nos perguntamos: Como a imagem do adolescente marginalizado, privado de bens culturais e materiais, se constrói socialmente? Sua história está sendo contada por quem? Para quem? Com que objetivo? E ainda: como estes adolescentes, privados de tantas coisas, se percebem, constroem - se é que constroem -, suas identidades, se enxergam através de seus olhos e dos olhos dos que o observam? Onde essa história começa?

## 2 | O DISCURSO DE CIDADANIA

Propomos que iniciemos com um breve olhar para a legislação básica nacional dirigida à faixa etária dos indivíduos focados por este trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos atendo primeiramente aos direitos básicos – os chamados “Direitos fundamentais” - que esse documento se propõe a assegurar à criança e ao adolescente:

ART. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo Único - A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

ART. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990)

Segundo o ECA, as crianças e adolescentes que têm algum destes direitos negligenciados, bem como aqueles que cometem infração, têm garantido atendimentos e cuidados provenientes do poder público e que devem ser assegurados por um empenho de toda a sociedade civil.

Para compreender num plano mais amplo o papel do Estado neste contexto e o modo como a família vai perdendo a sua autonomia, traremos à tona alguns conceitos trabalhados por Foucault utilizados para discutir o processo de fabricação desta sociedade que está sendo ilustrada.

Foucault (1999, p. 277-293), em seu artigo “A governamentalidade”, afirma que existem três tipos possíveis de governo que se interligam de forma contínua: a ciência de bem governar o Estado, tendo como plano de relação a política; a capacidade de administrar bem a família, em que a economia é a forma de gestão; o governo de si mesmo, em que a moral se coloca presente.

Estas três artes de governar adquiriram sentidos diversos conforme o período histórico. Do século XVI ao XVIII, o ato de bem governar estava focado primeiro em como o soberano administrava a sua própria vida e de sua família para, assim, demonstrar que pode ser capaz de governar com responsabilidade o Estado. Já no período moderno esta ordem se inverte e a arte de governar está em criar a necessidade de o cidadão governar sua família e suas propriedades, seu trabalho e seu lazer em benefício do que o Estado precisa para manter o bom funcionamento da sociedade. Durante o processo desta transformação histórica a família muda de papel social.

Entre os séculos XVI e XVII, uma Razão de Estado já sinalizava para uma reformulação do contrato social para manter o regime de soberania. O Estado deveria atuar da maneira racional que lhe é própria, sem se deixar conduzir por emergências militares, preceitos morais ou regras transcendentais. Era preciso perceber esta racionalidade do Estado para colocá-la em prática no cotidiano. O Estado não mais deverá apenas conquistar, mas, além disso, bem administrar o território. Para isto, não será mais suficiente sustentar-se apenas pelo modelo da família; outras técnicas se fazem necessárias, pois a diferença entre conquistar e administrar está em ampliar o poder sobre o território para o poder sobre

a população.

Neste contexto, a estatística torna-se aliada do Estado para provar que problemas como fome, violência, acidentes e outros, transcendem o âmbito da família. Logicamente, a família tem ainda um papel importante, mas apenas no sentido de ajudar o Estado a sanar estes problemas; no entanto, localizados agora dentro de uma população e como um instrumento para o benefício social.

Foucault (1999, p. 281), após fazer esta descrição histórica, afirma que o problema da arte de governar na modernidade está em definir os meios pelos quais o Estado pode conduzir as ações do sujeito e de como ele administra as riquezas, bens e costumes da família para garantir um bem-estar social.

O Estado se preocupa com o bem-estar da sociedade e para isto não é mais preciso garantir o território como patrimônio, mas sim garantir que a produção de riquezas e as relações deste território se desenvolvam para um progresso do modelo de funcionamento social moderno.

Trata-se não mais de um governo limitado a conquistas territoriais, mas de governa(r) mentalidades. É preciso governar as coisas e não mais os territórios e, neste meandro, o sujeito também é objetivado. Suas relações, seu comportamento, suas crenças e seus saberes são direcionados para um bem maior, a sociedade.

Neste cenário de grande contradição, em que o papel da família vai se modificando, nota-se que as relações e resoluções de problemas são regulamentadas por legislações, entre as quais está o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA prevê a possibilidade de internação do adolescente infrator, mas, em que pese o avanço que este estatuto significou em relação ao Código de Menores, de 1927, acaba sendo mais uma forma de controle, de objetivação do sujeito e de assujeitamento através da privação, do cerceamento da liberdade. Este documento indica os casos em que a aplicação da medida é possível:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. (BRASIL, 1990)

Ao se referir no inciso II a infrações “graves” e no inciso III ao descumprimento “reiterado”, o ECA cria significativa margem de erro na atuação da autoridade responsável pela internação na Fundação CASA<sup>1</sup> - única entidade em que a internação é possível -, além de deixar sem solução os casos de reiteração de infrações de menor gravidade (via de regra, e paradoxalmente, aquelas cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa: pichações, furtos, ameaças, danos materiais, tráfico ilícito de entorpecentes, etc.) e de

<sup>1</sup> Centro Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente, nova denominação para antiga FEBEM (fundação do bem-estar do menor).

descumprimento de medidas impostas.

No mais, a chamada custódia provisória, que ocorre antes do processo e sentença, quando, por exemplo, o adolescente é surpreendido em flagrante ato infracional, somente pode ser feita em estabelecimento especial, segundo estabelece o ECA. Entretanto, considerando que nos municípios, geralmente não existem tais estabelecimentos, pede-se vaga na Fundação já que poucas são as cidades que contam com entidades de abrigo e proteção, denominadas pelo Estatuto de unidades de atendimento (UAs).

A centralização no CASA gera algumas distorções no sistema, a começar pela violação do seguinte direito contido no artigo 110: “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.”

Então, nos casos de internação, a responsabilidade de assegurar tais direitos é transferida à instituição de atendimento, a saber: o CASA. Porém, pela inexistência de outras formas de atendimento, podemos observar que nem sempre o processo se vê concluído, mas o adolescente é encaminhado a tal atendimento, o que agrava a situação de superlotação e a pretensa reeducação torna-se um espaço permeado por privações de várias naturezas, um presídio para crianças e adolescentes. Isso se evidencia num relato feito por Marcílio (2000, p. 12):

No curto momento em que pude visitar o módulo, a sensação foi de um misto de terror, de dor, de espanto, de incredulidade e de indignação, ao constatar que em plena entrada do século XXI, em um país democrático, e no século dos direitos humanos e dos direitos da criança pode-se ainda assistir a cena digna das masmorras da Antiguidade ou do período medieval.

A partir daí podemos então pensar nessa lógica como análoga à lógica do discurso penitenciário como um todo.

### **3 I CONTROLE, RESISTÊNCIA E LIBERDADE**

Foucault, em “Vigiar e Punir” (2002), nos apresenta a ideia do controle pela instauração do medo, do temor, da insegurança - realidade que pode também ser discutida e identificada no contexto da instituição.

Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa medir ou ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, ele deve ser marcante: “[...] destina-se a tornar infame aquele que é a vítima. [...] E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo.” (FOUCAULT, 2002, p. 32-33). A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 2002, p.143)

Como podemos ver, o tema privação de liberdade está aqui relacionado a duas ideias - a de disciplina e a de controle. Como esses sujeitos, privados de suas liberdades tão precocemente, percebem seus corpos, se relacionam com sua identidade? Como pensar em seus corpos reprimidos, docilizados?

Temos uma construção social da violência imputada à juventude, que incide não só sobre os jovens infratores, mas em estigmatizações crescentes sobre os movimentos juvenis populares, condenando-os à invisibilidade, reduzindo-os à imagem ameaçadora do crime e da delinquência.

Pretendemos pensar neste momento quais os recursos utilizados pelos adolescentes cumprindo medida sócio-educativa na relação estabelecida com a violência, que se faz presente cotidianamente, no campo simbólico e concreto: como estes meninos significam atos violentos, como a agressão permeia os códigos estabelecidos, e ainda como o corpo físico pode ser utilizado neste campo de batalhas.

A partir do período de intensa redemocratização política (Constituição Federal, 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), observa-se, nos equipamentos de internação de adolescentes, a sistemática violação de direitos adquirindo novos contornos. Ao mesmo tempo, intensificam-se os processos de resistência. Do lado dos adolescentes, as fugas e rebeliões divulgadas pela mídia atingiram padrões quantitativos e qualitativos surpreendentes. Do lado da audiência pública, uma aguda convocação de nosso posicionamento crítico colocou em evidência e ação nossos corpos e nossos próprios riscos.

A história da instituição ficou marcada com o episódio da rebelião de março de 2001, na unidade de Franco da Rocha, em que membros do Ministério Público (MP) e de entidades da sociedade civil, chamados como interlocutores do conflito, foram ameaçados e agredidos por funcionários da Febem. Houve uma alteração nas estratégias de ação do Poder Judiciário e do Ministério Público, que passaram a mostrar, em consonância às cenas dos jovens nos telhados exibidas nas TVs, “o que se passa embaixo dos telhados”. Filmagens e fotos com evidências de maus-tratos, oriundas das inúmeras fiscalizações ensejadas pelo MP e pela Justiça nas unidades da Febem, passaram a ser disponibilizadas para a mídia, numa atitude inédita.

Outro dado que permite dimensionar essa intensificação é que frequentemente a Promotoria de Justiça do DEIJ-SP é requisitada para atuar em inquéritos policiais apurando crimes de tortura praticados, em tese, por funcionários da Fundação CASA contra adolescentes que cumprem a medida de internação.

Essa intensa violação de direitos sugeriu a hipótese de que a Fundação CASA-SP opera numa nova modalidade de poder. Já não se trata apenas de mecanismos repressivos ou disciplinares, mas de estratégias biopolíticas do poder, em que este se confronta com a pura vida, sem qualquer mediação.

Segundo Foucault, desde o século XVIII teríamos entrado na era do biopoder, porque,

seguindo-se à disseminação de técnicas que visavam a obter a sujeição dos corpos, as técnicas disciplinares, desenvolveram-se outras, relativas à gestão da vida (natalidade, mortalidade, saúde pública, movimentações das pessoas etc.).

Nos mecanismos de biopoder, a normalização não mais se configura como uma disciplina dos corpos dispostos no interior das instituições, mas como o resultado de mecanismos de regulação, ou mecanismos de segurança, que atuam sobre os processos da vida pertinentes a uma população. Reduzidos a mero corpo orgânico, despojados de qualquer direito, os adolescentes da Fundação CASA estão muito próximos da vida que pode ser descartada, pois foi empurrada para fora dos limites do contrato social e da humanidade.

É uma vida humana residual e irreduzível, que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito ou sacrifício a possam resgatar. Ela está incluída na ordem jurídica apenas na forma da sua exclusão. A análise dessa temática da violação de direitos nas instituições que pretendem o exercício de um processo socioeducativo, a proteção da vida, não visa apenas a atestar a distância entre a lei e a prática. É fundamental entender um pouco mais por meio de que processos institucionais e de que dispositivos políticos tantos seres humanos são integralmente privados de seus direitos e das suas prerrogativas, “a ponto de não ser delito qualquer ato cometido contra eles”.

Não se trataria, então, como sugere Foucault, de tomar tal paradoxo não como um desvio ou um resíduo da barbárie, mas como a regra e o cerne mesmo da realidade social?

Apresentemos então a vigência e os efeitos desse curioso paradoxo, por meio das lutas empreendidas pelos jovens cumprindo medida sócio-educativa, especialmente as protagonizadas pela via das rebeliões, das quais poderemos extrair mais elementos para sustentar essa hipótese de mudança significativa na modalidade de exercício do poder.

Para tanto, escolhemos uma situação bastante paradigmática dos processos de resistência dos jovens: a luta empreendida por Maguila, interno da Febem<sup>2</sup>-SP, em 1998, registrada por Vicentin (2004), no seguinte relato:

[...] No momento em que o fogo se alastrava, vira quando Maguila riscava o rosto com um caco de vidro e dizia para os demais: 'vamos ficar e morrer todos', não sabendo informar como o mesmo viera a entrar em óbito, pois saíra para fora.

[...] que no momento do incêndio tentaram apagar o fogo com os colchões com o auxílio de Maguila, não obtendo êxito, Maguila dissera: 'não, ninguém sai. Vamos morrer todo mundo aqui', e de posse de alguns vidros da janela, quebrados pelos internos, passou a lesionar-se no rosto.

Diante do alastramento do fogo, os adolescentes começaram a deixar o alojamento pelas portas e pelo teto, mas Maguila, totalmente fora de controle, começou a auto-lesionar o rosto com estilhaços de lâmpada, dizendo durante todo o tempo: 'vamos morrer todo mundo junto'; que o declarante, em cima do forro, presenciou quando Maguila jogou um

<sup>2</sup> Utilizaremos aqui a denominação FEBEM pelo episódio ter data anterior à reformulação da Fundação.

colchão sobre o fogo e ajoelhou, onde caiu de bruços e ali permaneceu até seu óbito; que o declarante entende que Maguila talvez conseguisse sair, caso quisesse, porém não pode dar a certeza, diante da dificuldade em sair devido ao tumulto e às agressões oferecidas pelos monitores.

[...] que Gilberto e Maguila tentaram negociar (com os funcionários) dizendo que 'todos estavam numa boa e não pretendiam fugir', que, sem acordo, funcionários chutavam a porta e atearam fogo.

[...] no momento do incêndio, não encontrando seu irmão gêmeo, chamara por Maguila, para que saíssem para fora, pois eram os dois últimos que permaneciam e Maguila respondera: 'não! Vamos morrer aqui para ter a prova que os pirril bateram em nós', tendo o declarante saído e Maguila permanecido, que os funcionários sabiam que Maguila ficara ali, pois este ao negociar dissera: 'que todos sairiam de mãos dadas e que estavam sossegados e não iriam fugir', tendo inclusive Maguila contado o número de internos no ambiente, a pedido dos funcionários e informado aos mesmos; que, no entanto, Maguila não fora socorrido. Eles se trancaram para os pirril não zoar eles! Pediram a brasa para os pirril para acender um cigarro. Pirril tacou fogo! Eles conseguiram apagar, urinando. O chefe dos pirril foi negociar, tacaram lâmpada fluorescente na cara dele! Depois tacaram fogo e eles não queriam abrir não! E os menores conseguiram ir saindo. E o Maguila falou: já que é para morrer, vamos morrer mesmo! Ele pegava pedaço de vidro, ficava se cortando e entrando para dentro do fogo. Meu parceiro queimou as costas toda. Ele achava que o Maguila quis se matar!

Exceto o último, são todos fragmentos de depoimentos de diferentes internos da Unidade Educacional-17, localizada no Complexo Tatuapé, da Febem-SP, à polícia, como parte da apuração da rebelião de 25 de dezembro de 1998, ocorrida naquela unidade e que deu causa à morte de um adolescente. O laudo do Instituto de Criminalística confirma, pelo exame do cadáver, a morte de Maguila por carbonização e sugere exame mais acurado pelo Instituto de Medicina Legal, tendo em vista a estranha situação de imobilização do cadáver. Notava-se, também, ao virar o corpo da vítima, a existência de uma extensa área do dorso que não apresentava queimaduras extensas, sugerindo que as chamas atingiram a vítima na posição de imobilização.

A par disto, estranhamente, a situação de imobilização da vítima não se assemelhava à clássica posição defensiva ou de "pugilista", o que faz recomendar um exame mais acurado dos sinais vitais, sendo que a descrição minuciosa dos feridos acima mencionados, de outros porventura existentes e a palavra final no tocante à morte, caberá, por competência legal, ao legista do IML, em laudo a ser expedido em separado. A "estranha" situação da morte de Maguila reveste-se, para os jovens da Febem, de muitos sentidos.

A autora relata que os jovens, ouvidos posteriormente ao episódio, voltam a falar de Maguila, por vezes para sustentar sua posição de "vítima do sistema falido", para dá-lo como "louco", na medida em que voluntariamente quis machucar-se, ou ainda para colocá-lo como "tomado pelo demônio", explicação recorrente entre muitos internos para as situações de grande violência ou de muita maldade. Interessa destacar, no ato de Maguila,

o valor de dito de que se reveste: corpo como resistência, como testemunho, corpo dado como prova: “não! vamos morrer aqui para ter a prova que os pirril bateram em nós”. Corpo como testemunho, marcado pelas inscrições institucionais: rosto retalhado com os vidros das janelas quebradas. Corpo incendiado, não mais como resultado da luta, na posição de pugilista e de sua defesa, mas corpo dado às chamas: o jovem narra que Maguila joga um colchão sobre o fogo e ajoelha, caindo de bruços e ali permanecendo até a morte.

Podemos também pensar em seu corpo como corpo institucionalizado: Maguila teria participado das negociações para sair. Como conta outro jovem: Maguila, ao negociar, dissera que todos sairiam de mãos dadas, que estavam sossegados e não iriam fugir, tendo inclusive contado o número de internos no ambiente, a pedido dos funcionários, e informado a eles.

Corpo como ação, ato: a rebelião é o lugar de aparecimento possível dos jovens, de visibilidade. “Rebelião é a única maneira que a gente tem de se aparecer”, “É uma hora de liberdade de expressão, de poder falar o que nós quer!”, “A hora da rebelião é uma hora de expressão”. Para quem vive um cotidiano de “ser nada, ninguém”, o esforço de presentificação é imensamente importante. “Eu penso que eles acham que, porque a gente tá aqui, nós não é nada! Pensam que a gente nunca foi ninguém”, diz um interno, tentando achar uma explicação para tantos espancamentos.

Certamente a tentativa de tornar-se visível está colocada como questão para todos os que são tomados como objeto de violência, seja ela repressiva, seja ela acolhedora (as tutelas), mas, especialmente no campo da juventude, dado o lugar problemático e patológico de que esta tem sido revestida, tal esforço de visibilidade vem sendo destacado por muitos estudiosos como um modo singular de subjetivação.

Essa presentificação, como performatividade, está tematizada em vários estudos realizados com punks, darks, carecas do subúrbio, gangues e funkeiros que ressaltam a natureza impactante da presença pública desses personagens no cenário urbano, adotando o movimento, a velocidade e a superexposição como referentes centrais nas suas encenações e fazendo da cidade um campo de ocupação e extensão.

Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte. (NEGRI, 2001, p.38)

Para pensarmos a questão da liberdade em Foucault é necessário mostrar que em seu pensamento não é possível conceber o conceito de dominação de forma estática ou absoluta, nem podemos pensar qualquer ponto de exercício de poder somente como unilaterais ou bilaterais, pois eles são múltiplos. Qualquer ponto de exercício de poder é múltiplo. Nesse sentido as relações de poder são melhores representadas por feixes e não

por uma linha, ou seja, uma pequena relação de poder está ligada e pode gerar inúmeras outras totalmente imprevisíveis quanto ao seu sentido.

Justamente por não tomar as relações de poder como dominação absoluta é que é possível pensar a questão da liberdade em Foucault, mas devemos tomar as mesmas preocupações em relação à questão do sujeito e do poder, a saber: a liberdade foucaultiana supõe o abandono de uma essência humana que estaria atravancada, escondida, amarrada pelo poder. Ela não é uma substância essencial, mas deve ser constituída em meio às lutas políticas, ou seja, não é uma forma essencial a-histórica, mas sim produzida e tem diferentes configurações nos diferentes “períodos” históricos - por isso Foucault utiliza a terminologia “práticas de liberdade”.

Percebemos que liberdade e poder não são práticas que se excluem, ou melhor, o fim de uma não supõe o início da outra. O exercício da liberdade é um exercício de poder, ou seja, não há exercício de poder onde não há nenhuma possibilidade de ação e também não há exercício de liberdade onde não há exercício de poder.

Assim, o poder se constitui como uma rede que perpassa toda a sociedade, porém não devemos de forma alguma achar que não há saída, que a dominação é absoluta. Para Foucault todos os pontos de poder constituintes da rede constituem também uma possibilidade de resistência. Se não houvesse nenhuma resistência não haveria nenhuma mudança.

É necessário tomar cuidado quando falamos que todas as relações são relações de poder para não deduzirmos disso que todas são iguais. Aliás, as práticas de liberdade configuram-se como outras possibilidades de ação, como outras formas de vida, pois são simplesmente outros modos de existência ainda não normatizados.

As práticas da liberdade buscam dissolver pactos e modelos estabelecidos na sociedade. Nesse sentido, o movimento, a história são cheios de choques, de desvios, de destruição, de mascaramentos.

Essa relação entre liberdade e poder é possível porque Foucault não liga à condição de existência de um indivíduo, grupo ou classe dominante a posse do poder; entretanto, como condição de existência de um indivíduo, grupo ou classe dominada o exercício da liberdade já é entendido como luta pela posse do poder para que a emancipação aconteça.

O que está em jogo é o problema da diferença, da singularidade frente à norma, as relações de poder que nos tornam iguais. Foucault nos mostra a necessidade de marcarmos a singularidade como uma nova possibilidade de vida.

Toda ação ética, é verdade, comporta uma relação com o real no qual ela se realiza e uma relação com o código ao qual se refere. Porém, ela implica também certa relação consigo mesmo. Esse processo de construção de si implica necessariamente a crítica constante da norma e das relações de poder.

Nesse sentido, pensamos que as práticas de liberdade vão ao invisível, ao desconhecido. Ao mesmo tempo em que as relações de poder criam normas, verdades,

criam possibilidades de rachadura da norma, criam possibilidade de uma “dobra”, de uma outra “forma” de subjetividade ainda não conhecida.

Temos:

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante. [...] É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. (FOUCAULT, 1992, p.71).

Por fim, observamos que devemos sempre estar em busca do que não é visível nem dizível nesse momento histórico em que vivemos. Entendemos que as teorias servem para buscarmos o fora, para buscarmos ser o que não somos, para buscarmos outras formas de vida e não essencialmente para ver até que ponto elas ainda são pertinentes na atualidade.

## 4 | CONCLUSÃO

A ética em Foucault não pressupõe uma teoria ética, mas se propõe a pensar um mundo no qual o que é comum aos indivíduos não destrói as singularidades que o flexionam a todo o momento. A ética foucaultiana pressupõe que a regra é a transformação da própria regra, ou seja, mostra que a diferença é condição para a política.

O que tentamos mostrar é que a liberdade não significa ausência de poder, ou seja, toda relação de poder - ao agir, ao construir, ao produzir, ao tentar normatizar as singularidades -, também deixa escapar, produz, torna possível singularidades, torna possível outras formas de agir, construir, pensar. Essas novas singularidades são relações de poder que vão se chocar, vão inverter, vão ser invertidas, vão colonizar, vão ser colonizadas pelas relações de poder vigentes.

O que chamamos liberdade são essas novas singularidades, essas novas formas de ver e pensar que se constituem enquanto resistência. O conhecimento, a liberdade, a verdade não são considerados, por Foucault, conceitos universais, mas sim produtos das lutas históricas, portanto, ligadas ao poder. Nesse sentido, ser livre é criar novas possibilidades para agir, pensar e ser. E não é porque a liberdade, a verdade, o conhecimento não são considerados livres de poder que não devemos pensá-los.

Que forma tem a liberdade? Quais feixes de poder e quais brechas de resistências encontramos nos adolescentes em privação de liberdade? Esta escrita busca propor uma pequena inversão, pois, afinal, violência e liberdade ou violência e resistência, costumam ficar em lados opostos e compreendemos, para além do discurso oficial, que os sujeitos, quando entram em contato com a lógica da instituição total são capazes de inverter o olhar de fora e mais: acabam por subverter a própria razão de ser destas instituições, ou seja, se valem dos mecanismos de objetivação e de docilização que estão ali postos, encontrando brechas para práticas de subjetivação que aparecem a eles como libertadoras.

Neste sentido, a violência aparece resignificada, pois o objetivo primeiro da violência seria o de desfiguração, mas vemos que para estes adolescentes muitas práticas de violência acabam por restituí-los de sua corporeidade. Para a instituição existe uma relação estreita e linear entre violência e corporeidade: docilizar corpos é também desapropriação do próprio corpo e, junto com esta, vem a desapropriação da identidade. Este significado posto acaba sendo reinventado pelos adolescentes que vêm – talvez sempre tenham visto - na violência uma possibilidade de reapropriar-se do corpo e, portanto, de sua identidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do adolescente**.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **Archivio Foucault** (Vol. 3: Estetica dell'esistenza - A cura di Alessandro Pandofi). Milano: Feltrinelli, 1994.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEGRI, A. **Exílio**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

VICENTIN, M.C.G. **A vida em rebelião. Histórias de jovens em conflito com a lei**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, PUC-SP, 2002.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 21, 96, 98, 113, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139

Agir docente 155, 156, 161, 165, 166, 167, 172

Alfabetização 97, 172, 256

Angola 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 16, 17, 18

Antirracismo 49, 106, 107, 113

Aprendizagem 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 45, 63, 64, 69, 83, 84, 97, 101, 105, 107, 108, 110, 116, 117, 140, 141, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 158, 159, 161, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 229, 230, 233, 234, 235

### B

Bioética 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89

Brasil 1, 2, 3, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 26, 29, 31, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 92, 93, 96, 97, 104, 105, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 139, 155, 171, 177, 229, 231, 236, 240, 245, 246, 247

Brincadeiras 140, 146, 148, 151, 242, 243, 244, 246, 247, 248

### C

Cidadania 27, 43, 44, 67, 74, 78, 110, 114, 123, 128, 129, 150, 151, 162, 172, 230, 231, 232, 239, 245

Ciências 1, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 18, 29, 30, 33, 34, 36, 41, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 103, 128, 140, 152, 153, 154, 227, 232, 256

Complexidade 23, 31, 36, 39, 94, 159, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183

Conhecimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 19, 23, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 39, 44, 48, 52, 53, 55, 58, 69, 73, 74, 75, 94, 96, 98, 102, 113, 114, 115, 138, 140, 147, 148, 156, 157, 158, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 230, 231, 236, 238, 246, 247

Conscientização 97, 100, 101, 126, 182

Crianças e jovens 25, 140, 142, 143, 144, 146, 148, 151, 245

Cultura 5, 6, 10, 15, 16, 18, 19, 30, 32, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 63, 66, 71, 89, 96, 100, 104, 105, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 195, 204, 207, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 228, 229, 230, 238, 246, 247, 255, 256

Currículo 4, 12, 43, 44, 48, 49, 66, 71, 73, 76, 78, 79, 83, 84, 89, 102, 107, 108, 153, 166, 176, 181, 182, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241

## D

Dinâmicas culturais 144, 148, 151

Dinâmicas educativas 140, 144, 145, 151

Direito 9, 15, 54, 66, 93, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 113, 121, 122, 125, 132, 134, 244, 245

Diversidade 1, 2, 5, 8, 31, 44, 46, 49, 53, 59, 73, 80, 81, 88, 89, 92, 94, 100, 110, 114, 115, 142, 152, 153, 158, 167, 231, 248

Docência no ensino superior 30

Dualidade 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 165, 243

## E

Educação de jovens e adultos 67, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 105

Educação infantil 1, 3, 27, 66, 154, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Educação superior 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 66, 68, 69

Educación 59, 184, 185, 186, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

*Educación continua* 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educación superior 59, 186, 195, 196, 197, 201, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 249, 250, 253, 255

*Egresados* 193, 202, 204, 206, 207, 208, 212, 249, 251, 252, 253, 254

Ensino de ciências biológicas 30

Ensino profissional 61, 72

Equidade de gênero 242, 243, 244, 245, 246, 247

Escola pública 18, 70, 93, 94, 104, 109

Estágio docente 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41

## F

Filosofia 1, 18, 73, 89, 103, 106, 107, 115, 116, 128, 173, 256

Formação integral 61, 74

Foucault 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 159, 172

## G

Gênero 1, 2, 4, 5, 16, 100, 123, 125, 155, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Gestão 15, 16, 18, 19, 27, 45, 50, 59, 74, 78, 89, 130, 134, 170, 185, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Gestión académica 195

Gestão administrativa 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 212, 217

Gestão tecnológica 195, 208

## I

Identidade docente 30, 33, 36

Inclusão 3, 9, 67, 69, 70, 71, 75, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 113, 148, 172

Instituição de ensino 2, 8

Integração 45, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 70, 78, 96, 104, 182, 233, 234

Internacionalização 51, 57

## L

Lei 10639/2003 43

Lei 11645/2008 43

Liderazgo 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 204

## M

Mercosul educacional 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58

## O

*Oferta acadêmica* 197, 206, 208, 209, 212, 214, 221, 249, 253

Organización 185, 186, 187, 188, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 222

## P

Pandemia 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 41, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115

Perspectiva freiriana 92, 93, 100, 102, 103

Planejamento 33, 37, 39, 40, 45, 50, 56, 155, 156, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 185, 233, 234, 237

Planificación 185, 187, 188, 197, 204, 205, 206, 212

Práticas pedagógicas 33, 37, 68, 95, 100, 115, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 244, 245

Privação de liberdade 128, 129, 133, 138

Processo de Bolonha 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Professoras 25, 156, 160, 161, 162, 166, 170, 227, 228, 232, 233, 234, 235, 236, 238

## R

Racismo 43, 44, 46, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118

Representações sociais 95, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 227, 228, 231, 232, 239, 240

## **S**

Sociedade 3, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 15, 21, 26, 34, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 80, 86, 87, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 110, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 137, 139, 140, 142, 144, 146, 151, 152, 158, 159, 160, 161, 175, 177, 231, 240, 243, 244, 245, 246, 247

Subjetividade 128, 138

## **T**

Transdisciplinaridade 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Transformación digital 195, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 208, 211, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226

## **V**

Violência 21, 47, 99, 107, 108, 110, 111, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 135, 136, 138, 139

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES

5

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)